

A epidemia da pobreza

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

A maioria dos brasileiros assistiu de longe à festa econômica do primeiro trimestre, quando o Produto Interno Bruto (PIB), segundo as contas oficiais, cresceu 1,2% em relação aos três meses finais do ano passado. Milhões, no entanto, nem mesmo puderam espiar a distância. Tentavam sobreviver sem emprego e sem renda, enquanto mais um recorde sinistro era batido. No período janeiro-março, a desigualdade de renda proveniente no trabalho foi a maior da série iniciada no fim de 2012, de acordo com o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV). Foi esse, até agora, o pior ponto da crise social ocasionada pela pandemia. O novo coronavírus pode ter provocado a maior parte do estrago, desarrumando a economia, matando milhares de trabalhadores e destruindo empregos. Mas o vírus teve a colaboração inegável do governo, com a redução do auxílio emergencial entre setembro e dezembro e sua suspensão nos primeiros meses deste ano. Além disso, o Brasil entrou em 2021 sem Orçamento aprovado e sem um programa federal de incentivo econômico. O único estímulo restante, nesse período, foi a política mantida pelo Banco Central (BC). Mesmo com alguma elevação, os juros básicos permaneceram baixos, favorecendo a expansão do crédito. Sem ações do Executivo para conter o desemprego e sem ajuda financeira da União, as famílias mais vulneráveis afundaram na pobreza. No primeiro trimestre de 2020, o Índice de Gini, usado para medir a desigualdade de renda, estava em 0,642. No fim do ano havia chegado a 0,669, já refletindo amplamente os efeitos econômicos e sociais da pandemia. No trimestre inicial de 2021 atingiu 0,674, o ponto mais alto da série. O Índice de Gini varia de 0 a 1. Quanto mais alto, maior a desigualdade. Esse indicador é usado para mostrar a distribuição – ou concentração – de qualquer bem. É fácil perceber a piora do quadro quando se considera a variação da renda por habitante. No ano passado o PIB encolheu 4,1%. Uma das consequências foi a redução da fatia correspondente, em média, a cada brasileiro. O bolo diminuiu, enquanto o número de comensais continuou aumentando. Como o acesso à renda é desigual, alguns brasileiros – a maioria – perderam mais do que outros. A perda foi agravada pela inflação. Em períodos de baixa atividade e de menor demanda por bens e serviços, os preços tendem normalmente a subir menos ou a diminuir. Desta vez ocorreu algo diferente, com efeitos mais sensíveis nas economias emergentes e em desenvolvimento. A inflação piorou, puxada pelas cotações internacionais de alimentos e minérios. Essas cotações foram infladas principalmente pela recuperação chinesa. No Brasil, os preços foram ainda turbinados pela alta do dólar (o real foi uma das moedas mais desvalorizadas). O surto inflacionário atingiu mais duramente as famílias mais pobres. Esse efeito desigual se manteve no segundo trimestre. Nos 12 meses até maio, a inflação das famílias de menor renda atingiu 8,91%, enquanto a do grupo superior ficou em 6,33%. Também esta é uma taxa muito alta, indicativa de um sério desajuste. Mas, de toda forma, também a inflação é um componente importante do quadro das desigualdades econômicas e sociais. Novas ações de apoio financeiro aos pobres estão em estudo no Executivo. Retomado em abril, o auxílio emergencial poderá ser mantido até outubro. Também se fala de uma ampliação do Bolsa Família. Antes chamado de “Bolsa Farinha”, esse programa é agora valorizado pelo presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição. A primeira obrigação do Executivo, porém, é consertar os estragos econômicos e sociais por ele mesmo causados – com a suspensão do auxílio emergencial entre janeiro e março, o abandono precipitado das ações anticrise, o atraso na vacinação e a campanha presidencial contra o isolamento e as máscaras. Tudo isso está na contramão das políticas defendidas, por exemplo, pelo Banco Mundial e pelo primeiro time mundial dos economistas e epidemiologistas. O custo desses erros vai principalmente para os pobres.

